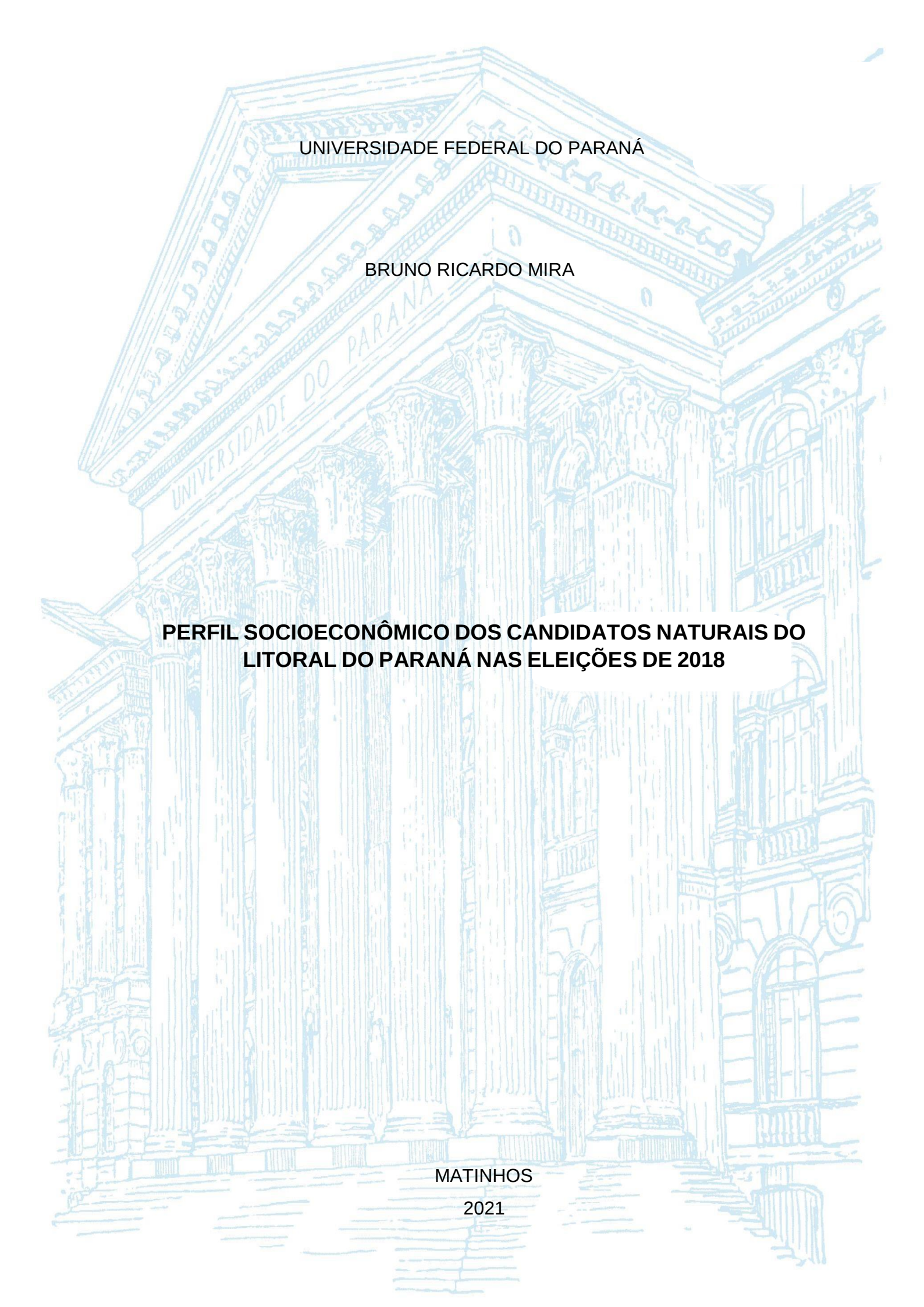




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO RICARDO MIRA

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS NATURAIS DO
LITORAL DO PARANÁ NAS ELEIÇÕES DE 2018**

MATINHOS

2021

BRUNO RICARDO MIRA

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS NATURAIS DO
LITORAL DO PARANÁ NAS ELEIÇÕES DE 2018**

TCC apresentado ao curso de Graduação em Administração Pública, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Horochovski

MATINHOS

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido chegar até aqui com saúde, sabedoria e força para enfrentar e superar as dificuldades encontradas ao longo do curso de graduação.

Aos meus amados pais, pelo incentivo diário, paciência e apoio incondicional em toda a minha trajetória escolar

A minha querida namorada, pela paciência e privação da minha companhia nos muitos momentos em que precisei me dedicar com exclusividade aos estudos.

Aos meus amigos por sempre me motivarem e também por participarem sempre dos meus sonhos e realizações.

Ao professor e mestre Rodrigo Horochovski, meu orientador, pela sua dedicação e sua maneira de me instruir durante todo esse processo, me auxiliando sempre.

E agradeço também a todos que direta ou indiretamente estiveram presentes nessa caminhada auxiliando para que eu obtivesse sucesso.

A todos os supracitados acima, meu muito obrigado.

*"A política tem que ser entendida, para merecer este nome,
como uma ação cuja abrangência alcance todos os cidadãos."*

Ricardo Eugênio Boechat

RESUMO

O presente artigo pretende conhecer o perfil socioeconômico dos candidatos naturais do litoral do Paraná nas eleições de 2018. Eleições essas que elegeram deputados estaduais, federais, senadores, governadores e presidente da república. As variáveis que formaram o perfil dos candidatos estão relacionadas à idade, sexo, naturalidade, gênero, grau de instrução, estado civil, ocupação, escolaridade e partido político. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma breve revisão da literatura sobre Teoria e Métodos sobre Elites Políticas e a Carreira Política no Brasil, para entendimento do panorama do cenário político brasileiro, bem como também foi realizada uma pesquisa exploratória de dados do Tribunal Superior Eleitoral, tendo como recorte os candidatos às eleições de 2018 nascidos no Litoral do Paraná, a fim de compreender melhor o assunto em questão. A análise das variáveis permitiu conhecer o perfil socioeconômico dos candidatos naturais do litoral do Estado do Paraná nas eleições de 2018.

Palavras-chave: Candidatos. Eleições. Elites. Política.

ABSTRACT

This article aims to understand the socioeconomic profile of candidates from the coast of Paraná in the 2018 elections. These elections elected state and federal deputies, senators, governors and the president of the republic. The variables that formed the profile of candidates are related to age, sex, place of birth, gender, level of education, marital status, occupation, education and political party. For the development of the research, a brief literature review on Theory and Methods on Political Elites and Political Career in Brazil was carried out, in order to understand the panorama of the Brazilian political scenario, as well as an exploratory survey of data from the Superior Electoral Court, having as a cutout the candidates for the 2018 elections born in the coast of Paraná, in order to better understand the subject in question. The analysis of the variables allowed us to know the socioeconomic profile of candidates from the coast of the State of Paraná in the 2018 elections.

Keywords: Candidates. Elections. Elites. Policy.

INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado a fim de conhecer os candidatos naturais do litoral do Paraná, que inclui os municípios de Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba, Morretes, Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos, no pleito eleitoral de 2018, nas eleições para cargos como: deputado estadual, deputado federal, senador, governador de estado e presidente da república, em relação à gênero, cor, naturalidade, estado civil, idade, escolaridade, ocupação e partido político. Os candidatos naturais do litoral paranaense pleitearam assumir os cargos de Deputado Estadual, Federal e um candidato candidatou-se a vice-governador.

Esses dados foram encontrados nas informações constantes no sistema de divulgação de candidaturas e contas eleitorais e do repositório de dados eleitorais 2018, disponíveis na página da internet do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A metodologia está baseada em breve revisão bibliográfica sobre Teoria e Métodos sobre Elites Políticas e a Carreira Política no Brasil e também foi realizada uma pesquisa exploratória de dados do Tribunal Superior Eleitoral, tendo como recorte candidatos às eleições de 2018 nascidos no Litoral do Paraná. O objetivo da pesquisa é identificar as principais características e conhecer o perfil socioeconômico dos candidatos naturais do litoral do Estado do Paraná nas eleições de 2018.

Para atingir o objetivo principal dessa pesquisa, além da introdução e das considerações finais, ela foi dividida em duas partes. Na primeira parte, é feita uma breve retomada teórica sobre as discussões de autores que abordaram a temática sobre Teoria e Métodos sobre Elites Políticas e a Carreira Política no Brasil, a fim de conhecer o panorama político do Brasil e sua trajetória até os dias atuais, visto que tanto a Câmara dos Deputados quanto as assembleias legislativas são instituições onde são tomadas importantes decisões políticas e que os parlamentares são os atores principais na aprovação dessas ações, tanto em âmbito federal quanto estadual. Como se espera que as ações dos políticos proporcionem melhorias na vida do cidadão é importante conhecer o perfil socioeconômico dessa elite política, observando a relevância de compreender

a origem dos membros que ocupam uma posição formal no cenário político, e entender que os valores dos cidadãos comuns são relevantes, principalmente aqueles partilhados pelas elites.

Na segunda, são analisados os dados do perfil socioeconômico dos candidatos nascidos no litoral paranaense, com o intuito de conhecer quem são essas pessoas que tem pretensões em assumir cargos políticos com vistas a trabalhar com políticas públicas em prol do litoral paranaense e o coloquem em condições de igualdade com os grandes centros portuários do país, contribuindo para o desenvolvimento da região.

De acordo com Norris (2013, p. 17), o estudo sociológico das elites políticas se preocupa em demonstrar a formação dos parlamentos, a transformação gradativa das elites legislativas em relação a classe ocupacional, idade, escolaridade, gênero e etnia, portando, essas informações são relevantes para a pesquisa realizada sobre o perfil dos candidatos nascidos no litoral do Paraná.

Os dados identificados nesta pesquisa estão registrados nas informações constantes no sistema de divulgação de candidaturas e contas eleitorais e do repositório de dados eleitorais 2018, disponíveis na página da internet do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

TEORIA E MÉTODOS SOBRE ELITES POLÍTICAS

A respeito das elites políticas, no texto sobre a genealogia da teoria das elites, o autor Grynszpan (1996, p. 35) cita que outros autores reconhecem como fundadores da teoria das elites os pensadores italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, e também o alemão Robert Michels. Sabendo-se que o objetivo de Mosca era identificar pela observação rigorosa, as significativas regularidades que estavam presentes nas sociedades ao longo da história da humanidade, e que precisavam ser tratadas como leis científicas (PERISSINOTTO et al., 2018, p.34). De acordo com Mosca (1990, p. 189), a sociedade para ser considerada é aquela que se mostra complexa, social e politicamente, sendo capaz de evitar o despotismo, em que a política seja considerada um assunto de minorias que se encontram politicamente organizadas, não pertencendo às

massas qualquer papel político de maior relevância. (PERISSINOTTO et al., 2018).

O despotismo teve a definição por Mosca (1992, p.189), como sendo o predomínio político absoluto de uma única força social, sendo a possibilidade de ocorrência comum nas sociedades, que para esquivar-se poderiam proteger-se juridicamente e pelos mecanismos sociais de regulação da disciplina moral visando à falta de comportamentos divergentes e reservados que poderiam acabar, até mesmo, na dissolução da sociedade. Segundo Mosca:

A preponderância absoluta de apenas uma força política, o predomínio de um conceito simples na organização do Estado, a aplicação severamente lógica de apenas um princípio inspirador de todo o direito público, são os elementos necessários para qualquer gênero de despotismo; tanto para o que se funda no direito divino como para o que presume ter sua base na soberania popular, pelo fato de que esses elementos permitem aos que têm em suas mãos o poder, desfrutar dos benefícios de uma posição superior, em benefício de suas próprias paixões. (1992, p. 190)

Dessa forma a organização política se mostraria como fator predominante contribuindo para o aperfeiçoamento e regulação das relações entre as várias frações da classe política e da mesma com a massa.

Os estudos de Gaetano Mosca são dedicados quase que totalmente às minorias politicamente ativas, chamadas por ele de classe política ou classe dirigente, ao contrário da obra de Vilfredo Pareto que é mais vasta sob a perspectiva temática (PERISSINOTTO et al., 2018, p. 57). Segundo Perissinotto et al. (2018, p. 58), a preocupação teórica de Pareto baseia-se no conhecimento de como o equilíbrio de uma sociedade permanece ao longo do tempo e ainda garante a sua reprodução. Dessa forma, as suas considerações teóricas sobre as elites políticas representam um importante componente de sua obra teórica monumental. Outro teórico, Robert Michels (2009, p. 56), pretendia entender como e por que surgem as oligarquias, inclusive nas organizações com discurso democrático radical. Assim, Michels (2009, p. 56) estudou os dois recursos: a sociologia das organizações e a psicologia das massas (PERISSINOTTO et al., 2018, p. 94), a fim de compreender essa realidade. E concluiu que, os líderes de uma organização partidária, depois de estarem na liderança, sendo os detentores de poder, têm suas tomadas de decisões mais egoístas, buscam

garantir-se na liderança, mas provocando distanciamento daqueles interesses iniciais e das reivindicações do partido. Assim, surgem as oligarquias partidárias, direcionadas exclusivamente a seus interesses egoístas, bastante criticadas pelo autor. (PERISSINOTTO et al., 2018, p. 94).

Para Gaetano Mosca (1990, p. 191) e Vilfredo Pareto (1984, p. 167), em toda sociedade, qualquer grupo, época ou ambiente, sempre existiu uma elite que, pela sua competência e organização, mantinha destaque e também o poder de dirigir uma maioria que ainda encontra-se desorganizada e despreparada para o exercício do poder. Até mesmo uma sociedade democrática, em que se entende que a maioria governa, sempre surge uma minoria que já está organizada e, por meios tanto materiais, quanto intelectuais e até mesmo morais, mantém o poder sobre uma maioria desorganizada. Dessa forma, esses autores compreendem que o direito de voto de todos os cidadãos serviu apenas para reforçar essa legitimidade do mando da minoria sobre a maioria, que passavam a ser aceitos pela vontade autônoma das massas. Percebe-se que, no Brasil, a situação não difere. É a minoritária elite política que é detentora do poder, são os indivíduos que tomam as decisões mais importantes e que norteiam os rumos políticos do país, conforme informa Perissinotto et al. (2018), em seus estudos sobre as elites políticas aparecem dois momentos importantes. O primeiro momento aconteceu quando alguns autores dedicaram-se ao estudos de grupos governantes durante o tempo do Império e também no início do século XX. O segundo momento, iniciou-se no final dos anos 90, com a preocupação de conhecer os parlamentares brasileiros em diferentes momentos.

Sobre os métodos para a identificar as elites políticas (PUTNAM, 1976 apud CODATO, 2015), apresenta três métodos consagrados, são eles: 1) o método posicional que salienta que os que realizam as tomadas de decisões são aqueles indivíduos ou grupos que estão em posições formais de comando nas organizações. Segundo Mills apud Codato (2015,p.79), os participantes da elite são os que estão em posições estratégicas de liderança dentro de uma estrutura social. Essas posições são estratégicas e controlam as hierarquias e organizações da sociedade ou do Estado; 2) o método decisional está baseado na sustentação de que as pessoas com poder são prioritariamente às que são capazes de tomar decisões estratégicas para uma comunidade e nem sempre

se confundem com aquelas que estão ocupando posições formais designadas como sendo posições de destaque; 3) o método reputacional que se compreende como sendo um procedimento em duas etapas, a primeira projeta a elaboração de uma lista extensa de lideranças em uma comunidade partindo de posições formais que elas mesmas conseguem controlar em diferentes áreas onde são necessárias tomadas de decisão, e a segunda etapa baseia-se na submissão dessa lista a especialistas que indicam os que são mais influentes. O grupo de elite é formado por aqueles mais vezes citados. Método esse que foi usado por Floyd Hunter (1953), em *Community Power Structure* (CODATO, 2015, p. 17).

Almeida e Braunert, concordam que:

“o estudo dos valores políticos de uma elite parte, na maioria das vezes, do pressuposto de que a análise dos valores e das opiniões dos componentes desse grupo é fundamental para a compreensão do sistema político como um todo”. (2007, p.174)

Nos estudos a respeito da teoria das elites políticas, Pareto considera sua teoria da ação social (Perissinotto, 2009, p. 49), que está baseada na observação de fatos concretos. Pareto enfatiza que todo fenômeno social pode ser considerado sob aspectos objetivo e subjetivo, pela realidade e a forma como esta aparece para alguns homens, respectivamente. Dessa maneira, pode haver ações em que os indivíduos sugerem o atendimento de determinados fins e, para tanto, escolhem meios logicamente adequados de ações, em que tal adequação lógica entre meios e fins não aconteceria. Conclui-se desta forma que basicamente todas as ações humanas estão relacionadas de maneira lógica sob o ponto de vista subjetivo, o que aconteceria com menor frequência na realidade objetiva. Pareto diz que:

Não devemos nos enganar com os nomes dados a estes dois tipos. Ambos são, na realidade, subjetivos, pois todo conhecimento humano é subjetivo, e eles se distinguem não por uma diferença de natureza mas por uma soma mais ou menos grande de conhecimento dos fatos. [...] cada indivíduo, ao fazer uma classificação, a faz de acordo com os conhecimentos que possui. Não se entende como poderia ser de outra maneira. (1984, p. 44-45)

Ao se relacionar meios e fins nos níveis objetivo ou subjetivo observa-se que uma ação se apresenta como lógica, e que ações em que esta relação entre meios e fins é lógica apenas ao indivíduo que as pratica e estas predominam na

vida social e política. Segundo Pareto (1984, p. 46), “as ações lógicas são muito mais numerosas nos povos civilizados”, ao contrário que “a indução nos leva a reconhecer como as ações não lógicas têm importante papel no fenômeno social”. Nos homens, as ações produziram teorias morais e a maneira de conduta quanto às teorias produzidas pelos homens para justificá-las seria a causa do comportamento humano, essas derivações, segundo Pareto, poderiam ser estudadas envolvendo três aspectos, ou seja, quanto aos seus valores objetivo e subjetivo e quanto à sua utilidade social. Sobre isso, Gimenes, elucida:

“O valor objetivo de uma derivação refere-se ao seu estudo por meio da correspondência entre uma derivação com o mundo da experiência, de forma a produzir afirmações absolutas, calcadas em sentimentos. Os valores subjetivos dizem respeito aos motivos pelos quais um indivíduo propõe uma teoria e pelos quais outros são levados a aceitá-la, uma vez que para que uma teoria seja convincente deve suscitar no indivíduo sentimentos que façam parte da alma humana. A utilidade social consiste na contribuição de uma derivação à manutenção da ordem social, considerada a diferenciação paretiana entre “verdade” e “utilidade” anteriormente mencionada.” (2010, p. 706).

Observa-se que valor objetivo de uma derivação está relacionado ao seu estudo através da relação com o mundo da experiência, de forma a produzir algumas afirmações, ao passo que os valores subjetivos estão ligados aos motivos pelos quais um indivíduo sugere uma teoria e pelos quais outros tendem a aceitar, entendendo que para que uma teoria consiga convencer ela precisa suscitar no indivíduo sentimentos que o façam acreditar que isso seja a verdadeiro e que acarretará bons resultados.

Sobre a teoria paretiana das elites, Perissinotto (2009, p. 70) faz crítica, colocando que “ao se preocupar essencialmente com as condições do equilíbrio social em qualquer sociedade, Pareto produz um conhecimento essencialmente abstrato e ahistórico”, e que não há diferenças entre as sociedades e a circulação das elites demonstra apenas uma adequação necessária ao exercício do poder político.

A definição de elite entendida por Wright Mills é posicional, uma vez que os membros da elite são definidos em conformidade com as posições de mando ocupada, e institucional, em que as posições de comando político já estão

organizadas desta forma por serem instituições importantes dentro estrutura social e política do país. Nas palavras de Mills:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam. (1982, p.12)

Observa-se que a forma como Wright Mills explicava as elites como indivíduos detentores de postos de comando estratégicos dentro da estrutura social, representava o método de simples aplicabilidade por sua característica posicional, uma vez que identificava os que ocupavam posições de liderança nas principais instituições da sociedade. Entretanto, o autor não considerou na elite do poder o fatores como a ideia de que o também surge a partir de outros locais que não somente os postos de liderança, caracterizando assim uma indefinição de sua teoria. É mister esclarecer que o conceito de “elite” identificado por Mills contrariava o conceito desenvolvido pelos fundadores da teoria vigente, pois o objetivo que regia as análises de autores clássicos era para identificar a impossibilidade de se efetivar um regime democrático.

A CARREIRA POLÍTICA NO BRASIL

Em seus estudos a respeito das instituições políticas dos Estados Unidos, publicados na primeira metade do século XIX, Tocqueville destacou que os cargos públicos são ocupados por mandatos curtos, em eleições oportunizadas a todos. Segundo Tocqueville:

“Entre os povos nos quais o princípio da eleição estende-se a tudo, não há, propriamente falando, uma carreira pública. Os homens, de certa forma, só chegam às funções por acaso e não têm nenhuma segurança de que se manterão nelas”. (2005, p. 232).

Compreende-se que essa observação valia para o período em que o escritor francês realizou viagens pelos Estados Unidos. Nos dias de hoje, o

preenchimento de cargos por meio eleitoral está atrelado com uma carreira que, embora possa ser informal, limita e modela as caminhadas dos políticos.

Esta forma de organização, mantendo essa hierarquia, tende a contribuir para diminuir essa imprecisão e a escassez de habilidades para o exercício de cargos temporários no governo. Percebe-se que é possível se efetive uma “estrutura da carreira política no Brasil”, mesmo sem estudos específicos, apenas observando os acontecimentos políticos.

O cargo político que está na base da pirâmide política é o cargo de vereador, o qual pode ser considerado a posição eletiva de menor prestígio político, possibilitando que o vereador que deseja permanecer na carreira, possa disputar a eleição para Deputado Estadual ou talvez para Prefeito Municipal. O cargo de prefeito, no caso das grandes metrópoles, pode ser considerado muito alto para as pretensões do candidato. Nessa sequência, percebe-se que com pretensão à cargo de Presidente da República, que está no cume no topo da carreira política brasileira, candidatos à Presidência já desempenharam outras funções políticas, como por exemplo a função de Governador Estadual ou Ministro de alguma pasta. Na figura 1 pode se observar a estrutura da carreira política no Brasil, as caixas em branco representam cargos escolhidos pelo presidente, governador ou prefeito, as caixas na cor cinza são cargos eletivos.

No meio político pode-se observar que os políticos tem pretensões e ambições, e de uma maneira progressiva, sendo esta uma hipótese simples que não considera o caráter pessoal ou familiar que tendem a levar a menores ambições políticas, como, o desejo de não mudar seu domicílio, permanecer na mesma cidade. Em muitos casos uma derrota no pleito eleitoral consegue proporcionar uma alavancada na carreira política, dependendo da campanha eleitoral e da divulgação um nome anteriormente menos conhecido ou dependendo das coligações e firmamento de uma condição de líder da oposição. Mesmo sendo aceita a observação de que os ocupantes de cargos públicos são “progressivamente ambiciosos” (ROHDE, 1979, p. 69), tem-se o conhecimento que essa ambição não significa uma corrida acelerada em direção ao topo, encarando disputas às eleições para cargos mais elevados sempre que elas se apresentem seguras, tendo estratégias elaboradas com foco específico para cada situação e momento. Segundo Maluf (2006, p. 45): “É importante considerar

a noção de capital político como um elemento que influencia a tomada de decisão eleitoral”. A ambição é condicionada pela estrutura de oportunidades que se refere aos cargos eletivos disponíveis, como também, pela forma como está estruturada a competição eleitoral que define as chances que se tem de vencer a disputa por cargos políticos. Existem fatores que podem influenciar a competição para cargos políticos e nas escolhas em relação à participar ou não das eleições.

Todavia, a capacidade de “recuar para depois avançar” é uma característica do raciocínio estratégico” (ELSTER, 1979, p. 57), sendo sempre possível ao candidato e ao eleito, utilizar de estratégias de saída da vida pública e de retorno à vida privada, quando perceber que não se identificam com algum tipo de ambição ou por motivos alheios à dinâmica política.

FIGURA 1 – ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA NO BRASIL



Fonte: Miguel (2002, p. 155)

No Brasil e em outros países, a versatilidade da carreira política e a ambiguidade própria das disputas eleitorais possibilitam mudanças de níveis imprevisíveis, promovendo avanços de candidatos ligados a panoramas anteriormente minoritários e que disputam posições consideradas difíceis de

serem atingidas, e muitas vezes, por esse motivo não são opções de políticos experientes.

A carreira política ideal combina experiências nos dois poderes, ou seja, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, sendo que o Executivo tem maior visibilidade, visto que é um cargo único. Ter um comando no Poder Executivo, significa disputar e ganhar uma eleição de grande notoriedade, seguida de um mandato com grande publicidade. Já o Poder Legislativo, é considerado o espaço por excelência da socialização da elite política, tanto na esfera estadual como federal.

A permanência e o progresso na carreira depende da popularidade de quem está a frente de um cargo político, à sua capacidade de conquistar o eleitorado, ou seja, o público de fora da esfera política, ou melhor, o cidadão, aquele que elege, o eleitor comum tendo reconhecimento dos pares, garantindo o apoio às candidaturas sendo que a combinação de experiências gera as carreiras melhor equilibradas.

Na literatura, citando Bourdieu (1996, p 42), que discorre sobre a presença crescente e marcante da mídia como fonte de capital político, envolvendo os eleitores, mesmo que esta nomenclatura não seja usada constantemente. De fato, a aparição nos meios de comunicação, é considerada condição importante para que o público conheça e reconheça uma pessoa, em qualquer área de atividade, principalmente neste momento atual, que a tecnologia está inserida em todos os campos da sociedade. Pode-se citar ainda que a mídia contribui na estruturação da carreira política, bem como qualquer outra carreira.

A estruturação dos diversos cargos não se deve somente, ou exclusivamente, ao poder permanente de cada um, mas principalmente à visibilidade que apresenta. Visibilidade essa que pode ser modificada ou estabelecida diariamente nos meios de comunicação.

É correto afirmar que a mídia pode interferir na carreira política, por dominar a produção de capital político. Os meios de comunicação podem proporcionar uma maior visibilidade e colocar o indivíduo em cargos mais altos da carreira política, do que se esperava de um desenvolvimento normal.

Não obstante, a hipótese também contempla uma contraface: a mídia não tem o poder de substituir nem tornar ultrapassadas as maneiras anteriores de progredir na vida política, ao contrário, convive com elas, interferindo em algumas situações e ampliando novas formas. Essa influência dos meios de comunicação de massa é vista de forma diferenciada, de acordo com cargos e trajetória de cada um. Assim, pode-se afirmar que essa relação entre a mídia e política não é uma via única.

O campo político coloca resistências à essa influência dos meios de comunicação. A relação entre a política e a mídia, depara com nome de “simbiose tensionada”, seguindo um modelo amplo e também complexo, em que as simplificações correntes em boa parte da análise política não permitem entender (MIGUEL, 2002, p. 59).

Após o ano de 2018, campanhas políticas brasileiras iniciaram uma caminhada diferente na realização das ações de Comunicação Eleitoral: inicialmente, e pela primeira vez, a legislação permitiu que candidatos fossem patrocinados com anúncios em mídias sociais, o que era proibido, a propaganda paga na internet foi liberada com a edição da Lei nº 13.488/2017, que modificou o art. 57-C da Lei das Eleições, possibilitando a contratação de propagandas financiadas pelos partidos políticos, coligações, candidatos e seus representantes aumentando e oportunizando a visibilidade dos candidatos pelos que tinham acesso à rede.

Essas mudanças na legislação eleitoral brasileira têm sido oportunizadas pela cultura digital e pelo aumento da tecnologia em todos os setores da sociedade.

No fim de 2015, por exemplo, a Lei nº 13.165, trouxe entre suas principais mudanças a redução do período de campanha e de propaganda eleitoral a exclusão do financiamento empresarial de campanha, justificando-se pela necessidade de diminuir o uso de recursos federais e impedir a corrupção.

Segundo Vitorino (2015, p. 98), anteriormente a Minirreforma Eleitoral de 2015, como ficou conhecida a Lei nº 13.165, “as campanhas brasileiras assemelhavam-se às grandes produções cinematográficas: programas de televisão em alta definição, com os melhores profissionais e equipamentos; artistas e influenciadores envolvidos em eventos e na campanha”.

METODOLOGIA

O trabalho científico deve estar embasado em procedimentos metodológicos e ter por objetivo conduzir a maneira que se propõe conhecer o assunto a ser estudado. Para tanto, uma metodologia utilizada nesta pesquisa foi a bibliográfica que segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44) é o levantamento da bibliografia que foi publicada em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita e tem como finalidade inserir o pesquisador no contexto geral da pesquisa, colocar esse pesquisador em contato direto com as informações sobre o assunto em questão. Nesta etapa da pesquisa, o objetivo é entender o objeto da pesquisa, angariar informações sobre o assunto estudado. Em seguida, foi considerada a abordagem exploratória, que para Gil (1999, p. 12) tem o objetivo de esclarecer, modificar e desenvolver conceitos e ideias, visualizando a formulação de hipóteses pesquisáveis para estudos que se tornarem necessários posteriormente.

A pesquisa exploratória é o levantamento de informações básicas a fim de que se possa realizar uma investigação mais aprofundada, informações essas que se tornam imprescindíveis para determinar métodos de pesquisas seguintes. O levantamento de dados realizados durante a pesquisa bibliográfica proporcionou definições, explorações e elucidações dos questionamentos sobre o assunto estudado.

Nessa pesquisa estão sendo analisados somente os dados dos candidatos naturais dos sete municípios do litoral do Paraná, que são Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá, Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos, nas eleições de 2018. Esses dados foram pesquisados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados alguns dados exigidos pela legislação eleitoral, relativos às eleições 2018, e constantes no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), embasados na Resolução nº 23.548 que exigia que os candidatos informassem no formulário de Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) alguns dados pessoais e dados do candidato, tais como: data de nascimento, sexo, cor ou raça, estado civil, ocupação, grau de instrução, partido político, se é candidato à reeleição e outros dados. Esses dados são apresentados no sistema de divulgação de

candidaturas e contas eleitorais e no repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral¹.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS NATURAIS DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

O perfil socioeconômico (PERISSINOTO; COSTA, 2007, p. 87) e origem social dos parlamentares paranaenses (PERISSINOTO; COSTA; TRIBESS, 2009, p. 88) foram anteriormente pesquisados nas 13^a e 14^a legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), pesquisa essa realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que aplicou uma pesquisa sobre a origem social da elite política no parlamento do Estado do Paraná, com um universo de 111 candidatos ao parlamento estadual e federal, incluindo os candidatos naturais do litoral paranaense, num total de 21.

Esse artigo, tem como objetivo conhecer e analisar o perfil socioeconômico dos candidatos naturais do litoral do Paraná, para assumir cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual e Vice-governador nas eleições de 2018, com o intuito de conhecer quem são essas pessoas que estão dispostas a trabalhar pela melhoria da região litorânea do estado, propondo as políticas necessárias ao progresso dessa localidade. Este estudo faz uma análise dos candidatos naturais do litoral paranaense no parlamento, em relação à gênero, cor, naturalidade, idade, escolaridade, ocupação e partido político no ano de 2018. Esses dados foram pesquisados nas informações constantes no sistema de divulgação de candidaturas e contas eleitorais e do repositório de dados eleitorais 2018, disponíveis na página da internet do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com Norris (2013, p. 17), o estudo sociológico das elites políticas se ocupa em documentar a composição dos parlamentos, a transformação gradual das elites legislativas em relação a classe ocupacional,

¹ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 12/09/2021.

idade, escolaridade, gênero e etnia. Algumas informações relacionadas ao estudo da classe política estadual não estão sendo observados nesta pesquisa, os cargos públicos já ocupados e as trajetórias políticas dos legisladores estaduais do Paraná.

Na sequência está registrado os candidatos aos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Vice-governador naturais do litoral do Estado do Paraná e as respectivas informações pertinentes a essa candidatura e ao perfil socioeconômico dos mesmos.

Cargo Pleiteado

Os candidatos naturais do litoral paranaense pleiteavam cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e um candidato para o cargo de Vice-governador, conforme pode-se observar na tabela 1:

Tabela 1 – Cargo Pleiteado

DEPUTADO ESTADUAL	15
DEPUTADO FEDERAL	5
VICE-GOVERNADOR	1

Fonte: o autor em 15/11/2021

A eleição contou com 15 candidatos à Deputado Estadual, cinco para Deputado Federal e um candidato à Vice-governador.

Naturalidade

Para as eleições de 2018, no Estado do Paraná, foram registradas 21 candidaturas pleiteando um cargo público, por candidatos naturais de cidades do Litoral do Paraná, como demonstrado na tabela 2:

Tabela 2 – Naturalidade dos candidatos

ANTONINA	1
MORRETES	5
PARANAGUÁ	15

Fonte: o autor em 15/11/2021

Dos sete municípios do litoral paranaense, apenas três municípios tiveram representatividade nas eleições de 2018, sendo uma candidata natural do Município de Antonina, cinco candidatos do Município de Morretes e quinze candidatos do Município de Paranaguá. Os demais municípios do litoral paranaense não tiveram representatividade.

Estado Civil

Em relação ao estado civil dos candidatos, observou-se que dos 21 candidatos, seis candidatos eram solteiros, 14 casados e um divorciado, respectivamente. conforme indicado na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Estado Civil dos candidatos

SOLTEIRO	6
CASADO	14
DIVORCIADO	1

Fonte: o autor em 15/11/2021

A proporção de candidatos casados entre os candidatos do litoral do Paraná na disputa é a mais alta entre os demais candidatos.

Gênero

Os estudos realizados sobre o gênero dos candidatos tem demonstrado a baixa participação feminina na política, mesmo tendo como prerrogativa a política de cotas, observa-se que o sucesso eleitoral das mulheres é inferior ao

dos homens, e constata-se que isso acontece devido a uma série de fatores, tais como a cultura política brasileira e a falta de investimento financeiro para a candidatura feminina (GROSSI & MIGUEL, 2001; ARAÚJO & ALVES, 2007). A Lei n.º 9.100 foi aprovada em 1995 e estabeleceu uma cota mínima de 20% para as candidaturas femininas nas eleições municipais.

Em 1997 essa lei sofreu mudanças, sendo estendida para os demais cargos eleitos por voto proporcional, determinando uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos (GROSSI & MIGUEL, 2001, p. 168; ARAÚJO & ALVES, 2007).

Com relação ao sexo dos candidatos do litoral pode-se verificar pela tabela 4, o número de candidatos do sexo feminino e o número de candidatos do sexo masculino.

Tabela 4 – Quanto ao gênero:

MASCULINO	15
FEMININO	6

Fonte: o autor em 15/11/2021.

Norris e Lovenduski (1995 apud Braga, Veiga e Miríade 2009, p. 134), afirmam que o menor número de candidatas acontece em virtude da menor demanda dos selecionadores – lideranças partidárias, sendo que estes, de alguma forma possam dificultar as candidaturas femininas.

Ainda esses mesmos autores, afirmam que outro fator que pode explicar esse fato é a falta de oferta de candidatas, como por exemplo no que se refere à disponibilidade de recursos, ou seja, falta tempo e dinheiro para se dedicar à vida política.

Verifica-se que o campo político por muito tempo foi dominado pelos homens, como apontam esses estudos.

Cor/Raça

A análise dos dados sobre a cor ou raça dos deputados estaduais do Paraná nas eleições de 2018, mostra os dados obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A maioria dos candidatos se declarou da cor branca, num total de 18, apenas três candidatos se declararam da cor parda, conforme indicado na tabela 5 .

Tabela 5: Quanto a cor/raça

BRANCA	18
PARDA	3

Fonte: o autor em 15/11/2021.

De acordo com os resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, a população do estado do Paraná era formada por 64,9% de pessoas que se auto declaravam de cor branca; 30% de cor parda e apenas 3,8% de pessoas de cor preta.

De acordo com as pesquisas de Perissinotto e Costa (2007, p. 45), que ao analisarem o perfil da elite política no parlamento do Paraná, encontraram uma sobre representação dos brancos e perceberam que os negros e pardos são subrepresentados na elite política regional.

Faixa etária

A idade dos candidatos é um importante componente de estudo do perfil da elite política, sendo que a idade mínima de 21 anos para Deputado Estadual, estabelecida no § 3º, inciso VI, alínea “c” do artigo 14 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é uma condição de elegibilidade dos deputados estaduais (BRASIL, 1988).

A idade dos candidatos do litoral do Estado do Paraná, nas eleições de 2018 ficou assim distribuída, apenas dois candidatos com idade entre 30 a 40 anos, e todos os demais 19 candidatos acima desta idade, sendo 7 candidatos

com idade entre 40 e 50, 7 entre 50 e 60 e 5 candidatos com mais de 60 anos, conforme os dados na tabela 6:

Tabela 6. Quanto à faixa etária

ENTRE 30 E 40 ANOS	2
ENTRE 40 E 50 ANOS	7
ENTRE 50 E 60 ANOS	7
MAIS DE 60 ANOS	5

Fonte: o autor em 15/11/2021.

Segundo Braga, Veiga e Miríade (2009, p. 134-135), a faixa etária é mais explicada pela oferta de candidatos do que pela demanda dos selecionadores.

Observa-se que alguns dos partidos que têm maior representatividade nas Assembleias e no Congresso possuem origens no período ditatorial ou na redemocratização, o que pode explicar candidatos mais idosos se comparado aos partidos novos e, portanto, com menor representatividade.

Escolaridade

Em relação a escolaridade dos candidatos observou-se que dentre os candidatos dois apresentavam Ensino Médio incompleto, quatro com Ensino Médio completo, três com Ensino Superior incompleto e 13 candidatos possuíam Ensino Superior completo, conforme descrito na tabela 7:

Tabela 7 – Quanto a Escolaridade

ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	2
ENSINO MÉDIO COMPLETO	4
SUPERIOR INCOMPLETO	2
SUPERIOR COMPLETO	13

Fonte: o autor em 15/11/2021.

Percebe-se que a categoria sobre a escolaridade que mais influencia é a do Ensino Superior, o que indica que aqueles que possuem Ensino superior

procuram ter mais chances na carreira eleitoral. Norris e Lovenduski (1995 apud Braga, Veiga e Miríade, 2009, p. 135), acreditam que essa tendência para a grande presença de pessoas com alta escolaridade nos pleitos eleitorais pode ser explicada como uma questão de demanda dos dirigentes partidários, os quais associam a escolaridade à habilidade, capacidade e prestígio social.

Além disso, a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, por proporcionar conhecimento e interesse político. Conforme Perissinotto e Costa (2007), estudos sobre elites políticas sinalizam a educação como um dos mais importantes requisitos para se ter acesso aos postos de comando numa sociedade.

Profissão/Ocupação

Dentre os candidatos às eleições de 2018, observaram-se os vários tipos de atividades profissionais exercidas, conforme tabela 8, como segue:

Tabela 8 - Quanto a profissão/ocupação

FISCAL	1
VEREADOR	4
PROFESSOR	2
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	2
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	1
VIGILANTE	1
PESCADOR	1
ADVOGADO	2
EMPRESÁRIO	2
POLICIAL MILITAR	1
MILITAR REFORMADO	1
GERENTE	1
ENGENHEIRO	1
OUTROS	1

Fonte: o autor em 15/11/2021

Verifica-se que os tipos de atividades profissionais refletem a heterogeneidade do atual mercado de trabalho, considerado muito fragmentado (PERISSINOTTO; COSTA, 2007).

Observa-se que a profissão de vereador é a que aparece em maior número o que pode revelar uma profissionalização de cargo político, indicando a política como profissão (PRATTI; PESSINE; CAMPOS, 2016).

Partido Político

Este aspecto analisado nessa pesquisa refere-se à distribuição partidária dos candidatos naturais do litoral paranaense nas eleições de 2018, ficando distribuído conforme tabela 9.

Tabela 9 - Quanto ao Partido Político

REDE SUSTENTABILIDADE	1
PARTIDO PATRIA LIVRE	3
PARTIDO DA REPÚBLICA	1
PODEMOS	2
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	2
PARTIDO DOS TRABALHADORES	1
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	2
PATIDO VERDE	2
PARTIDO REPUBLICANO DE ORDEM SOCIAL	1
PATRIOTA	1
PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	1
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	2
PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	1
SOLIDARIEDADE	1

Fonte: o autor em 15/11/2021

Pode-se observar uma fragmentação partidária que indica ser reflexo das estratégias adotadas pelos partidos no lançamento de candidaturas nas eleições, ou seja, se concorrem isoladamente ou participam de uma coligação e tomam a decisão de lançar ou não candidatos (LIMONGI; VASSELAI, 2016).

Quantidade de votos de cada candidato

O número de candidatos pode ter dividido o eleitorado e devido a esse fator nenhum dos candidatos da região se elegeu, conforme podem se observar pelos número de votos na tabela 10, em houve uma grande diferença em relação aos votos dos candidatos, conforme os dados pesquisados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)².

Tabela 10 – Quanto ao número de votos de cada candidato nas eleições de 2018:

MANOEL LUIZ DE MIRANDA GONÇALVES	0 (inapto)
ADILSON SOARES ZELA	1.708
LUIZ ARNALDO PEREIRA LAGOS	1.675
ARNALDO DE SÁ MARANHÃO JUNIOR	15.479
MERIA GUILHERMINA DA ROCHA	58
MARIA ALICE DE MELLO CORDEIRO	357
CLAUDIA DOS SANTOS	449
MARCIO RICARDO MARINHO	2.275
SILVIA MACHADO RIBEIRO	138
ADILSON SOARES ZELA	1.708
CLAUDINEI MOREIRA DIAS TOMAS	4.447
ALCEU MARON FILHO	17.425
MARIA IZABEL MENDES KLETEMBERG	0 (inapta)
JULIO MENDES FARIAS FILHO	323
EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA	2.057
GILSON MIQUILINE MARCONDES	3.297
RICARDO GUIMARÃES DA SERRA	129
ALCIONE GONÇALVES VALENTIM	0 (inapto)
SERGIO LUIZ MALUCELLI vice-governador	831.361
DANIELE APARECIDA FERREIRA	3.290
OSNIR MANOEL DE CARVALHO JUNIOR 872	872

Fonte: o autor em 15/11/2021

O candidato natural do litoral do Paraná que teve a votação mais expressiva foi o candidato Alceu Maron Filho, com 17.425 votos para Deputado

² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 11/11/2021.

Estadual seguido do candidato Arnaldo de Sá Maranhão Junior, com 15.479 que pleiteava o cargo de Deputado Federal. O candidato a vice-governador Sergio Luiz Malucelli, totalizou 831.361 votos e ficou na segunda colocação, não sendo eleito para o cargo. O resultado da votação, pode ter sido influenciado pelo fato de que esses candidatos naturais do litoral paranaense não fazem parte desta elite já estabelecida no cenário político, não tendo a representatividade exigida para a elegibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, foram apresentados o perfil socioeconômico dos candidatos naturais da região litorânea do Estado do Paraná, nos quesitos: gênero, cor, naturalidade, idade, escolaridade, ocupação e partido político dos candidatos a cargos políticos nas esferas estaduais e federais, para os cargos de deputado estadual e deputado federal, bem como um candidato bem como um candidato à vice-governador.

Considerando que as informações sobre o perfil socioeconômico dos candidatos do litoral paranaense utilizadas no presente artigo foram pesquisadas na página da internet e dos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), algumas informações como por exemplo religião, não puderam ser levantadas.

Segundo Perissinotto e Costa (2007), podem-se considerar os aspectos relativos a sexo e cor, como atributos que podem contribuir no acesso da elite política ao parlamento estadual, porém não são os únicos fatores decisivos.

O perfil dos candidatos naturais do litoral do Paraná que concorreram as eleições no pleito eleitoral de 2018, num total de 21, foi predominantemente de homens, de cor branca, tendo em média entre 50 e 60 anos de idade, com escolaridade de nível superior completo, com ocupação diversa e partido político diverso também, que pode-se observar que de acordo com os estudos teoria das elites políticas seguem os padrões estabelecidos ao longo da história. Os 21 concorrentes naturais do litoral do Paraná, nas eleições de 2018, não foram eleitos, porém 17 ficaram como suplentes e três tiveram a candidatura anulada. O candidato a vice-governador não se elegeu, ficando na segunda colocação, conforme dados do TSE.

Esta pesquisa buscou conhecer a origem social e o perfil dos membros da elite parlamentar e partidária dos nascidos do litoral do Paraná e pelo estudo realizado sobre a Teoria e Métodos sobre as Elites Políticas e também o desenvolvimento da Política no Brasil, foi possível perceber que nas organizações partidárias, existem fortes tendências à elitização, e para que aconteça uma mudança nos valores já instituídos quanto as concepções das elites no sistema político observa-se como necessária uma mudança de postura cultural em todos os setores da sociedade.

As cidades portuárias e litorâneas são sempre cidades de muita rotatividade de habitantes, devido à grande movimentação do setor, muitas famílias oriundas de outros locais do estado ou do país, fixam residência na região, sendo um local de opção de moradia e trabalho. A dinâmica demográfica representa fator de crescimento da população. Esta pesquisa procurou conhecer o candidato que nasceu e vive até os dias atuais nessa localidade e por esse motivo, devido a sua relação afetiva com sua cidade natal, sinta a necessidade de melhorar as condições de vida de toda a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. G. M. de, BRAUNERT, M. B (2007). **“Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite político-administrativa paranaense”**. Em: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

ARAÚJO, C.; ALVES J. E. D. 2007. **Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas**. Dados, vol. 50, nº 3, p. 535- 577.

BOURDIEU, P. 1989a. **Introdução a uma Sociologia Reflexiva**. In : _____. O poder simbólico Lisboa : B. Brasil.

BRAGA, M. do S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. 2009. **Recrutamento e perfil dos Candidatos e dos Eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, nº 70, p. 123-186.

BRASIL. **Lei nº 13.165**, de 29 de setembro de 2015, 2015 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm. Acesso em: 30/09/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 outubro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06/10/2021.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. **A cor dos eleitos: determinantes da subrepresentação política dos não brancos no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, jan.-abr., 2015, p. 121-151. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606>. Acesso em: 7 mar. 2020.

CODATO, A. **Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos**. In: PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano (org.). Como estudar elites. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. cap. 1, p. 15-30.

DATASENADO. 2014. **Mulheres na política**. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria/publicacao/cartilha-mulheres-na-politica>. Acesso em 09/09/2021.

ELSTER, J. 1989. **Ulises y las sirenas : estudios sobre racionalidad e irracionalidad**. Ciudad de México : Fondo de Cultura Económica.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, E. R. **Cultura política, elitismo e democracia: a elite do poder de Wright Mills frente aos teóricos clássicos da teoria das elites**. In: Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional - Movimentos Sociais Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a044.pdf> . Acesso em 14/09/2021.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M. 2001. **Transformando a Diferença: as mulheres na política**. Estudos Feministas, p. 167-206.

GRYNSZPAN, M. **A teoria das elites e sua genealogia consagrada**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-83, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoesanteriores/bib-41/462-a-teoria-das-elites-e-sua-genealogia-consagrada/file>. Acesso em: 7/08/2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. **Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, Associação Brasileira de Ciência Política. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5737/2016_limongi

_coordenando_candidaturas_coligacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y .
Acesso em: 7/08/2021.

MALUF, R. T. **A carreira política na Câmara Municipal de São Paulo**. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

MICHELS, R. **Por uma sociologia dos partidos políticos**. Lisboa: Antígona, 2001.

MIGUEL, L. F (2002) “**Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política**”. Revista de Sociologia Política, n. 25, pp. 25-38.

_____. 2002. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, p. 155.

MOSCA, G (1992). **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica.

NORRIS, P. **Recrutamento político**. Revista de Sociologia Política, v. 21, n. 46, 11-32, jun., 2013. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200001>. Acesso em: 10 jun. 2020. PARANÁ. Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974. Curitiba, PR, jan. 1974. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=31108&tipo=L&tplei=0. Acesso em: 08/08/2021.

PARETO, V (1984). Pareto. RODRIGUES, J. A. (Org.). São Paulo: Ática.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. 2010. **Electoral success and political institutionalization in the federal deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006)**. Brazilian Political Science Review, vol. 4, nº 1, p. 10-32.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. 2009. **Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006**. Dados, vol. 52, nº 2, p. 301-333.

PERISSINOTTO, R (2009). **As elites políticas: questões de teoria e método**. Curitiba: Ibpex.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; BRAGA, S.; FUKS, M. (2007). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

PRATTI, L. P; PESSINE, K. M.; CAMPOS, M. M. **Perfil socioeconômico dos legisladores subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo**. Revista Agenda Política, UFSCar, v. 4, n.3, set./dez., 2016. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/111/105>. Acesso em: 7/08/2021.

PUTNAM, R. D. **The Comparative Study of Political Elites New Jersey** : Prentice Hall. 1976.

ROHDE, D. W. 1979. **Risk Bearing and Progressive Ambition : The Case of Members of the United States House of Representatives**. American Journal of Political Science, Washington, v. 23, n. 1, p. 01-26, Feb.

TOCQUEVILLE, A, 1805-1859. **A democracia na América : leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático / Alexis de Tocqueville**; tradução Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet. - 2a ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005. - (Paidéia)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Estatísticas Eleitorais**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 20/09/2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/> Acesso em: 20/09/2021.

VITORINO, M.; VITORINO, M.; MENDONÇA, N.; PAZZOS, G.; SANTOS, C. **O que o eleitor conectado quer**. Presença Online, 2018.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011. p. 78-79.

WRIGHT MILLS, C. **“A elite do poder”**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ATA DE REUNIÃO

ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte um, às treze horas, na sala virtual https://meet.jit.si/defesas_TCC_AP_UFPR_2021, reuniu-se a banca avaliadora do trabalho de conclusão de curso, constituída pelo **Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes** pelo **Prof. Ms. Luiz Fernando Zelinski da Silva**, sob a presidência do orientador **Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski**. O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração Pública, do estudante **Bruno Ricardo Mira**, sob o título: "**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS NATURAIS DO LITORAL DO PARANÁ NAS ELEIÇÕES DE 2018**", foi **APROVADO** e obteve o conceito **AS**. O estudante deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital para o orientador e para a assessoria da Câmara do curso de Administração Pública, no prazo determinado pela banca.

Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski
Orientador

Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes
Membro da banca avaliadora

Prof. Ms. Luiz Fernando Zelinski da Silva
Membro da banca avaliadora

Bruno Ricardo Mira
Acadêmico



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/12/2021, às 17:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **IVAN JAIRO JUNCES, PROFESSOR DO**



MAGISTERIO SUPERIOR, em 21/12/2021, às 20:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO ZELINSKI DA SILVA**, **Usuário Externo**, em 22/12/2021, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Mira**, **Usuário Externo**, em 03/01/2022, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4138337** e o código CRC **11475B83**.
